AEDOS Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS

Apresentação da mesa *Os usos do passado no presente*

Débora Strieder Kreuz[1]
Fernanda Feltes[2]

A mesa intitulada *Os usos do passado no presente* objetivou discutir trabalhos que problematizassem a utilização de referências históricas na contemporaneidade: fatores positivos, tais como comparações e reflexões que visam um melhor entendimento do contexto, mas também negativos, como o demasiado uso de paralelos anacrônicos, que descaracterizam os fenômenos em suas especificidades. Ante a proliferação de narrativas que vinculam diretamente passado e presente sem um olhar crítico faz-se necessário ao trabalho historiográfico problematizar tais questões.

A discussão proposta, portanto, teve como objetivo mostrar que, embora distintos no seu eixo principal, os trabalhos se preocupavam na abordagem de tal temática. Assim, foi possível reconhecer e debater a conformação de memórias em seu padrão e motivações políticas e também vislumbrar a agência dos sujeitos e os limites impostos por determinadas leituras do passado, ou seja, em determinada conjuntura percebe-se que determinadas narrativas, até o momento silenciadas, encontram escuta, em oposição ao que se convencionou chamar de "memória oficial". A mesa permitiu que se discutisse, de forma geral, a articulação do passado em suas diversas possibilidades, desde a assimilação e significação de traumas até a política memorialística adotada em função de um contexto particular.

[1] Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: debora_kreuz@yahoo.com.br.
[2] Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: fernandafeltes@yahoo.com.br.

A discussão também permitiu que se refletisse sobre os usos públicos e políticos do passado desde a contemporaneidade, situação particular que repousa sobre importantes debates em torno do tratamento cedido hoje à memória, ao passado e a disciplina histórica em si, quer seja sob a perspectiva historiográfica, quer seja sob a política. Dessa forma, cada trabalho exposto poderia ser inquirido sobre o que se escolheu e o que se apagou em cada um dos objetos de pesquisa, ou seja, sobre a dimensão política da memória coletiva. O tratamento crítico do objeto, portanto, necessariamente perpassa o conhecimento de que sujeitos, instituições e estruturas foram e são responsáveis pelo passado do qual "se fez uso" e o que determinou essas escolhas.

Ante um presente cujo passado se torna raso e objeto de rememoração acrítica, ante um presente que esquece seu passado mais recente e faz com que setores da sociedade clamem por regimes políticos fora do estado de direito, discutir tais temas se torna urgente.

Os almanaques como fonte e objeto: perspectiva historiográficas e balanços de pesquisa

Arrovani Luiz Fonseca[3]

A pesquisa com uso de almanaques, para além da tendência de utilizá-los apenas como fontes de dados, tem merecido análises mais aprofundadas de vários campos das humanidades. Neste trabalho, realizo uma pesquisa respeitando as datas de publicações de dissertações e teses em que os almanaques aparecem como fonte e objeto de pesquisa, especialmente no campo da História.

A historiadora Maria Carolina Bovério Galzerani, em tese de doutorado desenvolvida no IFCH da Unicamp, analisou os almanaques das décadas de 1870 e 1880, da cidade de Campinas, tendo como preocupação compreendê-los dentro da concepção de "documento/monumento", contemplando os múltiplos discursos que compõem esses objetos – liberalismo, positivismo, romantismo – como instituintes de sensibilidades modernas, práticas identitárias e de leitura. Importante para tal análise é o conhecimento sobre as personalidades locais, dentre elas jornalistas, advogados e outros, envolvidos na organização dos almanaques, bem como na promoção de debates culturais através dos grandes mananciais de textos associados à ideia de progresso, de civilização, de conceitos políticos como o de republicanismo, o que os torna um impresso direcionado a uma educação política dos sentidos. Como norte teórico e metodológico utiliza-se de Roger Chartier e Robert Darnton, no que diz respeito ao universo da leitura e dos impressos; e, principalmente, das contribuições de Walter Benjamin para discussão da concepção do homem de modernidade capitalista, da "concepção de memória" e "experiência vivida".

Sua pesquisa, defendida em 1998, destacava que havia até então duas teses sobre esse tema. Uma na Semiótica, de Vera Lucia Casanova, denominada "Lições de Almanaques"; e outra na Educação, da Unicamp, de Margareth Brandini Park. Ambas analisaram em seus campos específicos os tradicionais almanaques de farmácia. A autora constata que ambos os trabalhos contribuíram para uma leitura dos almanaques diferenciada daquelas feitas por pesquisadores brasileiros, geralmente propensas a uma leitura fragmentada. Nesse sentido abriram-se, aos poucos, para temáticas bastantes amplificadas, estudos sobre o tema, sendo o dela um destes.

[3] Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Contato: arrovani@hotmail.com.

Eliana Regina de Freitas, professora da UFMG, publicou sua tese de doutorado em 2005, intitulada *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914).* Nesta, procurou compreender o Almanaque Brasileiro Garnier como meio de instruir e formar o povo e a nação da república ante a constatação das carências do país em termos de escolas e livros. O almanaque, um impresso escolhido para atingir tal intento, cumpriria uma função pedagógica e política do Brasil republicano nascente, defendendo um projeto nacionalista. A autora examina como os publicadores e escritores do referido almanaque defendiam seus projetos numa articulação retórica e sofisticada do discurso, denunciando as mazelas do Brasil Moderno e estimulando um projeto civilizador. A autora versa, portanto, por uma pesquisa no campo da história das ideias políticas brasileiras, em que o almanaque aparece como portador de tais discursos, mas, ao mesmo tempo, compreendendo os usos e funções desse tipo de impresso.

O trabalho de Debora Dias Macambira (2010), uma dissertação de mestrado, analisa o almanaque como gênero editorial de ampla circulação no século XIX, destacando sua produção e circulação entre os anos de 1870 e 1908, no Ceará. A autora considera seu estudo como "fonte e objeto" de pesquisa. Para isso, não deixa de considerar o almanaque como ligado à história do livro e da leitura no Brasil, que contribui para compreensão e difusão do impresso, do círculo de leituras e de redes de leitores. Seu trabalho destaca formatos, conteúdos, linguagem e inovações técnicas na produção dos almanaques no Ceará e a formação do público leitor, não deixando de perceber seus contatos em áreas do Brasil, Portugal e de outros países. Segundo a pesquisadora, "O Almanaque é também visto prescrevendo leituras, promovendo o livro, articulando circuitos do impresso".

Outro trabalho (2013) com utilização de almanaques é o de Linara Bessega Segalin, intitulado *"Leituras confiadas às mais inocentes e puras leitoras?: As mulheres nos almanaques gaúchos (1889-1910)".* Segalin analisa a construção de modelos femininos ideais e as disputas de poder entre homens e mulheres no "Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul" e no "Almanaque Popular Brasileiro", editados na cidade de Pelotas, importante polo cultural e de transformações no seu espaço urbano entre os finais do século XIX e início do XX. Segundo a pesquisa, os almanaques são originários da Europa Medieval, estão presentes no Brasil desde o século XIX e contaram com a imprensa e da indústria editorial. Para a pesquisadora, os almanaques "são publicações de caráter plural, cujas páginas dividem seu espaço entre tradição e modernidade, senso-comum e ciência" (SEGALIN, 2010, p. 3). Em ambos os almanaques analisados constatou-se a idealização de comportamentos femininos e sua divulgação, bem como modelos femininos repudiáveis, ou

seja, um conjunto de discursos apontando valores e atitudes desejáveis das mulheres no limiar desse tempo.

Sua pesquisa mostra uma presença feminina nos almanaques dividindo-se entre escritoras e colaboradoras sobrepondo-se a relação com os homens. Assim, através de textos, poesias, crônicas e anedotas, foi possível a percepção das relações de gênero na passagem do XIX para o XX, reconhecendo, dessa forma, a atuação das mulheres pela conquista da sua inclusão na sociedade.

A historiadora Patricia Trizoti analisou, em sua dissertação de mestrado *"Um Brinde aos Assinantes!": Os Almanaques do jornal O Estado de S.Paulo (1896, 1916, 1940)",* diferentemente de uma pesquisa seriada em almanaques como apontamos nos trabalhos anteriores, publicações pontuais. Podemos, assim, perceber, a cada ano de lançamento dos almanaques d´O Estado de São Paulo, uma história e uma memória local, regional e internacional em torno dos mesmos. Nesta situação, sua análise permite compreender a materialidade própria de cada impresso, ou seja, uma leitura da história da imprensa no caso envolvendo o grupo dos Mesquita. Nos almanaques patrocinados pelo diário dos Mesquita foi possível estabelecer uma reflexão sobre o início do crescimento da capital paulista e seu processo de modernização, perceptíveis, sobretudo, nas publicidades presentes nos impressos. Os almanaques d'O Estado de 1916 e 1940 convidaram, por sua vez, a refletir sobre a construção das identidades paulista e nacional, visto que vieram a público durante a Primeira e Segunda Guerras Mundiais e atestaram as transformações que ocorreram não só na cidade de São Paulo, mas também no país e no mundo.

Apenas a titulo de menção, a bibliografia consultada como pesquisa no buscador Google fez emergir vários artigos, o que implica dizer que podem ser recortes de trabalhos acadêmicos nos níveis do *strictu senso* em que os almanaques constituem reflexão. Em meio a isso tudo, encontramos trabalhos em que os almanaques aparecem como um aspecto específico do desenvolvimento de um objeto de pesquisa. Um deles é a dissertação de mestrado de Reinaldo Forte de Carvalho, em História, denominada de "*CORDEL, ALMANAQUES E HORÓSCOPOS": E(ru)dição dos folhetos populares em Juazeiro do Norte-CE (1940 – 1960),* defendida em 2008, que mostra uma pesquisa na qual o foco central se debruça sobre as ações de Manoel Caboclo e Silva, dono de uma tipografia que produzia folhetos populares. Com a popularização destes, Manoel acaba investindo em vários negócios impressos e produz, ao longo de várias décadas até o ano de 1996, o almanaque "Juízo do Ano para o Nordeste". A pesquisa ganha realce ao se basear em depoimentos orais do próprio Manoel Caboclo, vinculados pelo "Projeto Literatura de Cordel e Xilogravura", sobre as

formas de como constituir a feitura dos almanaques, os quais traziam em seus conteúdos um misto de literatura de cordel e uma grande erudição em previsões astrológicas relacionadas à climatologia nordestina. Outro trabalho é o do pesquisador Matheus Henrique de Faria Pereira, que defendeu tese de doutorado referente à grande repercussão editorial do Almanaque Abril. Saindo em livro (2009) com o título "A máquina da memória: Almanaque Abril, o tempo presente entre a história e o jornalismo", ele provoca uma discussão das mais interessantes sobre a linha tênue entre o trabalho do historiador e o jornalismo, do passado como ofício tensionado com a ideia da fugacidade do presente. O autor constata, em plenos anos 1980, auge desse empreendimento da Editora Abril, que o Almanaque Abril ainda defendia em seus conteúdos de História, que disponibiliza nas suas páginas ao grande público leitor, uma história acontecimental, tradicional, universalizante e enciclopédica. Para Pereira, o Almanaque Abril está "na confluência da história ensinada, do conhecimento histórico acadêmico e do discurso jornalístico" (PEREIRA, 2009. p. 21).

Uma pesquisa, das mais interessantes, foi realizada na PUC-SP por Luiz Cezar Silva dos Santos, em nível de doutorado. A tese "*publiCIDADE belle époque: A mídia impressa nos periódicos da cidade de Belém entre 1870-1912*", focando na análise de peças publicitárias, defende um estudo priorizando "a construção histórica de representações sobre a cidade de Belém do Pará, e a evolução da atividade publicitária nesse período". Reflete, assim, sobre as representações construídas pelo olhar da propaganda e da publicidade sobre a cidade de Belém, veiculadas nas mensagens publicitárias de jornais, almanaques e álbuns comemorativos da época, buscando contribuir para a sistematização da história da atividade publicitária entre o final do século XIX e início do século XX na "Paris dos Trópicos". O autor considera esse período, denominado como Belle Époque Amazônica, como sendo o causador de transformações culturais que se traduziram numa forma de olhar sobre a Belém desse tempo.

Os almanaques e os álbuns são analisados no último capítulo. Estes fazem parte daquilo que o pesquisador já articulou em capítulos anteriores em relação aos jornais, ou seja, aos suportes de divulgação do escrito, das propagandas e das imagens. Para o autor, "os álbuns funcionam também como vitrine da vida moderna, da cidade que se quer cosmopolita, espaço privilegiado da nova era material, ambiente mais do que apropriado para o convívio das novidades surgidas na modernidade" (SANTOS, 2010, p. 208).

Os exemplos que nos dispusemos a analisar já mostram que os almanaques têm sido tomados como fonte e objeto dos mais instigantes para os pesquisadores da História Cultural.

Por ser um gênero de múltiplos títulos, temáticas, formatos e condições de publicação e circulação, traz perspectivas novas ainda por serem exploradas.

Referências

CARVALHO, Reinaldo Forte. ***Cordel, Almanaques e Horóscopos:*** *e(ru)dição dos folhetos populares em Juazeiro do Norte-CE (1940 – 1960).* Dissertação de Mestrado em História e Cultura. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

DUTRA, Eliana de Freitas. UTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914).* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *O almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880*. Tese de doutorado do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

MACAMBIRA, Debora. *Impressões do tempo. Os almanaques no Ceará(1870-1908).* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza. 2010.

SEGALIN, Linara Bessega. *Leituras confiadas às mais inocentes e mais puras leitoras"?: as mulheres nos almanaques gaúchos (1889-1910).* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. 2013.

SANTOS, Luiz Cezar Silva dos. *publiCIDADE belle époque: A mídia impressa nos periódicos da cidade de Belém entre 1870-1912. Doutorado em História Social. Pontificia Universidade Católica-São Paulo.*

TRIZOTTI, Patrícia Trindade. "Um brinde aos assinantes!": os Almanaques do jornal O Estado de S. Paulo (1896, 1916, 1940). 2010. 181 f. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2010.

O estudo da constituição do patrimônio ferroviário gaúcho através das narrativas não oficializadas

Cinara Isolde Koch Lewinski[4]

O passado da ferrovia gaúcha foi difundido para o público através da história construída pelos agentes do Preserve/fe[5] e elaborado no Centro de Preservação da História Ferroviária do RS, na década de 1980. A história oficializada pelo programa governamental buscou incutir a ideia de uma nação que se modernizou, e em contrapartida silenciou os problemas que a população estava vivenciando. Deste modo, em um período de abertura política após a ditadura no Brasil, o programa preservacionista do Governo Federal difundiu uma história homogeneizante e superficial, através da qual rememorou os tempos gloriosos da ferrovia e fez questão de suprimir os conflitos sociais, como as lutas dos ferroviários por melhores condições de trabalho. Então, diante das ambiguidades que envolvem o discurso produzido pelo Preserve/fe, percebeu-se que o passado da ferrovia gaúcha não pode ser visto somente por meio de documentos oficiais e, assim, foi preciso buscar fontes não institucionais para averiguar outras narrativas sobre o assunto.

Assim, para estudar a constituição do patrimônio ferroviário gaúcho, foi utilizada a história cultural como embasamento teórico, que atualmente considera as manifestações e os produtos mais diversos das atividades humanas com o potencial de se transformarem em fontes históricas. Com relação à metodologia, foi adotada a pesquisa documental e a pesquisa em fontes orais. Foram utilizados os documentos como fontes para entender os usos do passado que o Preserve/fe fez para divulgar a história da estrada de ferro no Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul. E a pesquisa, por meio das fontes orais, foi feita com o intuito de averiguar outras interpretações sobre a constituição do acervo ferroviário na instituição estudada; deste modo, foi possível compreender a construção do Centro de Preservação da História Ferroviária como produção de agentes do governo federal com intencionalidades bem definidas.

[4] Mestranda em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Contato: cinarakoch@gmail.com.

[5] Como Matos (2015), seguiremos a mesma estratégia utilizando o termo. Preserve/fe sempre que citarmos o programa, pois foi criado em 1980, pelo Ministério dos Transportes, mas a partir de 1986, deixou de ser ministerial e passou a ser denominado como Preserfe, atuando somente na preservação do patrimônio ferroviário, através da RFFSA.

O discurso do Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul

A pesquisa em andamento tem o objetivo de analisar o discurso produzido a partir da constituição do Centro de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário no Rio Grande do Sul, na década de 1980. O Museu do Trem, antiga Estação Ferroviária de São Leopoldo, será o objeto de pesquisa porque foi escolhido para abrigar a instituição referida pelo Preserve/fe. Durante a década de 1980, a antiga estação ferroviária e o armazém de São Leopoldo foram restaurados. O primeiro prédio abrigou a exposição de longa duração e o segundo foi transformado em reserva técnica, onde se preservou uma parte do acervo documental, audiovisual e tridimensional da VFRGS (Viação Férrea do Rio Grande do Sul) e da RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima). Então, como Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul, o Museu do Trem ampliou o seu acervo. O acervo constituído era oriundo de vários municípios do Estado, no entanto, na documentação da instituição não consta essa informação. Presume-se que a falta de identificação da origem da maior parte das peças tenha ocorrido devido à ideia de representação de unidade que se pretendia transmitir no discurso produzido com a constituição do Centro de Preservação da História Ferroviária no RS. Contudo, essa representação de unidade sufocou as memórias coletivas singulares das comunidades por onde o trem passou.

Para divulgar a história única e oficial, no museu, o acervo ferroviário teve um papel importante para a sua difusão porque tanto os ferroviários como as comunidades por onde passou o trem reconheciam algumas das peças expostas como parte do cotidiano que já não existia mais. Então, os objetos nesse modelo referido "costumam ser considerados por sua capacidade de representar ideias e valores sociais" (GONÇALVES, 2009, p. 184), atingindo a todo o público. Ou seja, nesse caso o acervo servia de atrativo e suporte material juntamente com os textos em painéis e álbuns fotográficos para construir uma cultura ferroviária e história da ferrovia em consonância com os projetos do programa federal. Portanto, levando em consideração as marcas de quem a concebeu, o caráter de historicidade da exposição, dos sentidos intencionados pelos autores e das narrativas destacadas pela museografia, se pode perceber que não havia nenhuma neutralidade no trabalho desenvolvido pelo Preserve/fe.

Deste modo, o programa federal utilizou o Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul como elemento informativo pela sua capacidade de legitimar discursos através do seu principal meio de comunicação com o público, a exposição. O discurso produzido pela museografia da instituição seguia os mesmos padrões dos outros centros e núcleos, onde se cultivava a valorização de objetos e de personagens, com a

finalidade de buscar elementos que os distinguissem no conjunto ferroviário e no campo do patrimônio. Ou seja, elegeram referenciais significativos de acordo com a memória oficializada, através de um complicado trabalho de seleção de objetos, monumentos e edificações, pois [...] sabe-se que o recurso à fetichização de objetos auxilia na edificação de tradições e memórias, o que era amplamente propagado pelos programas, com respaldo da Secretaria Executiva e da museóloga Maria Elisa Carrazzoni (MATOS, 2015, p.119). Assim, todos esses elementos remetiam à memória pela apropriação do território, ou seja, os vestígios escolhidos recordavam a ocupação do território, a evolução das cidades, o desenvolvimento tecnológico e da história nacional.

Então, no discurso construído pelo Preserve/fe, se manteve a "focalização cultural e homogeneização parcial das representações do passado, processo que permite supor uma partilha da memória em proporções mais ou menos grandes" (CANDAU, 2011, p. 102). Esse discurso construído ficou materializado no Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul, do qual se tem registro através de fotos da exposição e do catálogo da instituição. Entretanto, a história oficializada pelo programa federal negligencia de alguma forma as memórias coletivas de ferroviários e principalmente de passageiros que não foram contempladas na sua narrativa. No catálogo, produzido em 1985, pelo Preserve/fe, ficou evidente que o trabalho de proteção ao acervo ferroviário dava ênfase ao legado histórico, econômico e social deixados pelas estradas de ferro do Rio Grande do Sul (PRESERVE, 1985).

Cristina Meneguello, em seu artigo "Patrimônio industrial como tema de pesquisa", faz uma reflexão sobre esse tipo de discurso produzido nos espaços museológicos, no qual faz críticas com as seguintes observações: [...] coincidir com a história das técnicas, das tipologias arquitetônicas e das classificações dos objetos, já que assim não faria outra coisa do que percorrer o caminho obscuro do antiquariado e do colecionismo. O que se deve estudar não são as coisas, mas sim homens e relações sociais, a partir dos seus meios materiais de subsistência e produção (CARADINI, 1979, p. 249 *apud*, MENEGUELO, 2011, p. 1823). Além disso, de acordo com a autora, o processo de industrialização, "pode proporcionar um claro contributo para uma compreensão do desenvolvimento da sociedade humana" (MENEGUELO, 2011, p. 1823) se incluir não apenas aspectos funcionais ou tecnológicos, mas também aqueles pautados, por exemplo, por relações sociais e o significado simbólico das estruturas, bem como por "tentar explicar de que modo elas indicam a mudança ou a permanência no comportamento humano" (MENEGUELO, 2011, p. 1823).

No entanto, o Museu do Trem-SL, na década de 1980, passou a abrigar a memória das empresas VFRGS/RFFSA, através do acervo ferroviário que foi organizado nesse espaço museológico. A partir das informações retiradas desse acervo, os agentes do Preserve/fe elaboraram uma história única e oficializada, utilizando a exposição e o catálogo preparado por eles para a sua divulgação. Então, para desnaturalizar o discurso produzido por esse programa preservacionista, foi preciso examinar a documentação da instituição e acolher os depoimentos de várias pessoas que ajudaram na implementação do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul, pois se fez necessário ler por detrás da narrativa da 1ª exposição organizada pelo Preserve/fe. Essa exposição apresentou a história oficial da estrada de ferro gaúcha de acordo com as representações do passado que o programa federal esperava transmitir ao público, ocultando seu caráter arbitrário e de combinação com a manutenção com os sistemas de poder. De maneira geral, apresentou os tempos áureos da ferrovia, expondo o seu legado econômico, social e histórico, demonstrando que a estrada de ferro havia cumprido a sua função de dominar os espaços, ser socialmente apropriada e tornada parte da cotidianidade. Também evidenciou de maneira implícita a decadência dos Estados Nacionais e dos sistemas industriais exauridos, o arruinamento das suas fronteiras e os modos de vida singulares das localidades diante da globalização, homogeneização e massificação da cultura. De certa maneira, podemos pressupor que Preserve/fe possuía um caráter elitista e não abriu um diálogo aberto com o público, pois não promoveu uma reflexão sobre a diversidade cultural das regiões, a desigualdade social e econômica do nosso país.

Portanto, o discurso produzido pelo programa federal no Centro de Preservação da História Ferroviária do RS não problematizou as tensões e as disputas que a história da ferrovia gaúcha poderia promover, mas teve o mérito de preservar uma parcela pequena do patrimônio ferroviário gaúcho e se manteve atuante até o final da década de 1990. Diante do avanço da privatização e das mudanças conjunturais geradas pela globalização, o Preserve/fe foi desmantelado, porém, o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul continua aberto ao público, atualmente sob os cuidados da prefeitura municipal de São Leopoldo-RS.

Os usos no presente do passado

Atualmente, se percebe que mesmo havendo algumas mudanças de orientação sobre a função do Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul, após a extinção do Preserve/fe, ainda prevalece a história oficial da ferrovia gaúcha construída pelo

programa preservacionista. Os agentes do programa governamental não deram relevância para as memórias partilhadas da sociedade, e sendo assim, não se apropriaram dela. Mesmo que tenham se passado mais de três décadas da criação da referida instituição, ainda há muito para ser pesquisado sobre a estrada de ferro gaúcha, de maneira que as memórias das comunidades por onde passou o trem e as lembranças dos ferroviários possam ser devidamente contempladas nos museus. Assim, o que se sobressaiu e ainda se sobressai é o interesse na preservação do patrimônio material na instituição museológica. Então, o projeto do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes deixou um legado que ainda está muito presente no patrimônio cultural ferroviário gaúcho e na história da estrada de ferro do Rio Grande do Sul no museu estudado.

Nesse sentido, o Preserve/fe conseguiu conferir ao Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul como um dos lugares de memória (Nora, 1993), direcionando a construção do conhecimento histórico e consolidando, nesse espaço, as narrativas de caráter histórico da ferrovia gaúcha. Dessa maneira, foi preciso seguir as ideias de Le Goff (1990), que faz ressalvas com relação aos usos do passado: "[...] a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder" (LE GOFF, 1990, p. 477) e, portanto, a história e a cultura ferroviária difundida nos centros instituídos pelo Preserve/fe foi construída de acordo com os interesses dos grupos que governavam o nosso país na década de 1980. Partindo dessa premissa, Halbwachs (2006) lembra que as memórias são construções dos grupos sociais que definem o que é digno de ser lembrado e os lugares onde essa memória será preservada (HALBWACHS, 2006). E como construções das memórias dos grupos sociais, Roger Chartier (1990) sugere que as representações são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam e diante disso, "[...] a representação é um instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de reconstituir em memória e de figurar tal como ele é" (CHARTIER, 1990, p. 20).

Portanto, se percebe claramente que a prática da preservação do patrimônio histórico passa a ser assunto do governo federal com a preocupação em manter e conservar as edificações que são eleitas pelo seu legado histórico e cultural que serviu como instrumento de conhecimento e de comunicação, desempenhando um poder estruturante de construir uma realidade que tinha a tendência de estabelecer uma ordem, em particular do mundo social que conjetura aquilo "[...] a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências" (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. –RFFSA. *Inventário de bens móveis de valor histórico, artístico e cultural do Museu do Trem São Leopoldo-RS*. Porto Alegre: Unidade Regional Porto Alegre, 2008.

BRASIL. Ministério dos Transportes. *MT Preserve (Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes/ 1980-1988)*. Brasília: PRESERVE, CCP, 1988.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Rede Ferroviária Federal. Preserve. *Manual de preservação de edificações ferroviárias antigas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rede Ferroviária Federal, 1991.

BRASIL. Ministério dos Transportes/ Rede Ferroviária Federal S.A. – Superintendência Regional de Porto Alegre. *Centro de Preservação da História da Ferrovia no Rio Grande do Sul***.** 1. Ed. Porto Alegre: Ed. Gráfica Metrópole, 1985.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, Alice; Zamin, Frinéia. *Patrimônio ferroviário no Rio Grande do Sul. Inventário das estações: 1874-1959*. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 5 n. 11, jan./abr. 1991.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão: analogia para um combate*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os museus e a cidade. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 171-186

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

MATOS, Lucina Ferreira. *Memória ferroviária*: da mobilização social à política pública de patrimônio. 2015. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) -- Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

MENEGUELLO, Cristina**.** Patrimônio Industrial como tema de pesquisa. In: *Seminário Internacional História do Tempo Presente, 1, Florianópolis, 2011. Anais*. Florianópolis: UDESC; ANPUH SC; PPGH, 2011. p. 1819-1834.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993

Quem é o Platão de Bruno Latour? Uma análise do texto *Nem céu nem inferno*, de Latour, para a Folha de São Paulo

Diogo Quirim[6]

Durante a segunda metade dos anos 1990, em vários dos principais jornais mundiais, repercutiu uma polêmica no meio acadêmico, geralmente denominada *science wars*. Tal querela provém da publicação, por parte do físico Alan Sokal, de um artigo-embuste na revista *Social Text*, parodiando uma suposta escrita "pós-moderna" e a falta de rigor, em algumas áreas das humanidades, na seleção e revisão dos textos a serem publicados (SOKAL, 2010). Na *Folha de São Paulo*, seguiu-se a esse incidente um amplo debate, dentro do qual o texto de Latour, aqui analisado, está inserido. *Nem céu nem inferno* (LATOUR, 1999) utiliza-se, para criticar as concepções das relações entre ciência, política e sociedade de Sokal e outros, de uma releitura da famosa passagem do Livro VII da *República* platônica, conhecida como a alegoria ou mito da caverna, conferindo a ela um *status* fundacional para determinada elaboração das relações entre a intelectualidade e a política (PLATÃO, 514a-518b).

Publicado em 28 de março de 1999, *Nem céu nem inferno* tem como subtítulo "o horror dos cientistas ao mundo social remonta ao mito da caverna platônica". Sua descrição e crítica à reprodução incessante da alegoria se baseiam na constatação de duas inverossimilhanças nela presentes. Amplamente conhecida mesmo fora do meio acadêmico, a alegoria narra os seres humanos acorrentados dentro de uma caverna, imóveis, assistindo a projeções de sombras diante de si que tomam por realidade — uma vez que não podem captar sua origem. O filósofo seria aquele capaz de romper com o aprisionamento e se locomover até o lado de fora para observar, primeiramente, os próprios objetos que geram as projeções, e, posteriormente, o próprio Sol e o mundo tal como ele é e não tal como ele aparece. Segue-se a descrição platônica do ambiente interior à caverna:

> Suponhamos uns homens numa habitação subterrânea em forma de caverna, com uma entrada aberta para a luz, que se estende a todo o comprimento dessa gruta. Estão lá dentro desde a infância, algemados de pernas e pescoços, de tal maneira que só lhes é dado permanecer no mesmo lugar e olhar em frente; são incapazes de voltar a cabeça, por causa dos grilhões; serve-lhes de iluminação um fogo que se queima ao longe, numa eminência, por detrás deles; entre a fogueira e os prisioneiros há um caminho ascendente, ao longo do qual se construiu um pequeno muro, no gênero dos tapumes que os homens dos "robertos"[7] colocam diante do público, para mostrarem as suas habilidades por cima deles (PLATÃO, 514a-b).

[6] Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: diogoquirim@gmail.com.
[7] Ou seja, fantoches ou títeres.

Na paráfrase de Latour sobre o mesmo ambiente, podemos reconhecer uma série de elementos bastante contemporâneos, como a analogia criada entre as projeções da caverna e o cinema:

> A narrativa, que faz do Sócrates da "República" o inventor do cinema de Hollywood — nome próprio que de resto designa, não nos esqueçamos, a "madeira sagrada" dos povos americanos! —, já foi recontada diversas vezes: prisioneiros das aparências, acorrentados aos bancos de um anfiteatro, sem possibilidade de desviar a visão, os "clientes" olham para uma tela em que está a projeção de formas cuja origem eles não veem e que tomam, portanto, pela realidade.
> Só o filósofo, bem-sucedido em romper seus laços, se subtrai à contemplação dessa "câmara obscura" para ir ver no local técnico a verdadeira origem dessa produção espetacular. Ele passa da aparência à realidade e compreende que seus infelizes compatriotas permanecerão para sempre prisioneiros das aparências. Quando retorna, após ter conhecido a claridade do Sol, e explica a eles sua existência do lado de fora da sala de cinema, um mundo de verdade, os prisioneiros riem-se dele e o condenam à morte como um profeta de desgraça, como um outro Cristo (LATOUR, 1999).

A comparação entre a caverna platônica e o cinema hollywoodiano pode soar aos historiadores um tanto surpreendente e até incômoda. Em *A esperança de Pandora*, livro no qual Latour estuda outro texto de Platão, o *Górgias*, ele explica que lerá Platão não como um estudioso grego, mas como se ele tivesse escrito há poucos meses na *New York review of books* (LATOUR, 2001, p. 249). Embora tal passagem provenha de outro livro, acredito que, aqui, em *Nem céu nem inferno*, assim como em *Políticas da natureza* (LATOUR, 2004), no qual Latour aprofunda a leitura do Livro VII da *República*, Latour constitua um autor Platão através de seu texto explorando diversos elementos que poderíamos designar como "anacronias"[8]. Os usos desse Platão contemporaneizado colocam-no, claramente, em meio aos debates das *science wars*, e a raiz dos ataques de Sokal é identificada na antiguidade com a distinção platônica entre um mundo das aparências e um mundo verdadeiro, que serviria de referência para o conhecimento e que aplacasse a confusão da vida pública, na qual a multidão se confrontaria constantemente a partir de suas opiniões falsas e fantasmagóricas.

Para Latour, a descrição da alegoria possui duas inverossimilhanças constitutivas, que explicariam a sua persuasividade e, ao mesmo tempo, a sua impropriedade. A primeira inverossimilhança seria de caráter *sociológico*, uma vez que a forma como a sociedade — o *demos* — é descrito, atomizado, impotente, apegado a um mundo de ilusões e sem capacidade de organização e desenvolvimento autônomos, é bastante abjeta e degenerativa. Afirma Latour, deste modo, que não é o povo, desde o princípio, o habitante por natureza da caverna; pelo contrário, Platão lá o encarcerara. E teria o feito para explicar a segunda inverossimilhança, que justifica a potência da alegoria: a capacidade de um filósofo se

[8] Utilizo, aqui, "anacronia" em uma concepção próxima a Rancière (2011).

desvincular dessa multidão abjeta para conhecer as coisas tais quais elas são, longe das sombras, segundo uma operação de ascensão que exime, a esse filósofo, de carregar quaisquer marcas do social em sua trajetória rumo ao conhecimento. Após adquirir tal saber, ele poderia, enfim, retornar à caverna para ordenar o inferno social de ilusões e vozes dissonantes, ora dotado do conhecimento, para servir como um guia da *pólis*, encarnado na figura do rei filósofo.

Essa interpretação do texto platônico pode ser esclarecida, a respeito de suas relações com a querela gerada pelo caso Sokal, por outro texto publicado por Latour *na Folha de São Paulo*, intitulado "A guerra das ciências" (LATOUR, 1998). Nele, Latour identifica na disputa grega entre filósofos e sofistas um primeiro momento de debates que estarão frequentemente em voga na ciência ocidental e que encontrarão, no caso Sokal, apenas mais um episódio. O texto vincula a concepção platônica a um chamado *mononaturalismo*, que conceberia a existência de uma natureza unificada capaz de servir como elemento unificador para as disputas e discórdias das diversas culturas e crenças; tal natureza sendo, portanto, a realidade externa à caverna, com capacidade de calar a política com as suas evidências, e a confusão das culturas múltiplas e incomensuráveis identificada com o interior da caverna.

É evidente que as interpretações de Latour e do texto platônico, para que sejam compreendidas de forma rica e apropriada, demandam um estudo mais aprofundado. No entanto, o que me interessa, aqui, é a formulação de um autor Platão através de *Nem céu nem inferno*, constituído através de um procedimento que ignora uma necessidade historicista de se resgatar Platão em seus termos, em sua época, dentro de seu mundo possível, e tratando o tempo de modo a fazer de Platão seu contemporâneo. Além disso, uma série de movimentos do texto dissolve a cronologia, a sucessão, a causalidade, e significa, através de construções textuais da temporalidade, o autor como uma entidade multitemporal. Citarei, em seguida, quatro exemplos.

O primeiro, já abordado acima, estabelece uma comparação entre a caverna platônica e o cinema hollywoodiano. Afirma Latour: "Imagine um Sócrates que voltasse à Terra e fosse interromper uma sessão do 'Titanic', explicando que aquilo é apenas aparência vã, não mais espessa do que a imagem sobre a tela. Ele seria enxotado a tapas [...]". A comparação, em um tom jocoso e sarcástico, também traz a caverna ao nosso cotidiano, aproxima as questões platônicas das *science wars*, suprime o intervalo de mais de dois milênios de comentários, reinterpretações e estranhamentos sobre histórias tão distintas. Platão é para Latour a fundação, a origem de um *mononaturalismo*, mas, ao mesmo tempo, está na ordem do dia. O segundo exemplo exibe uma associação entre o filósofo platônico e a narrativa da Paixão de

Cristo: “Quando retorna, [...] e explica a eles sua existência do lado de fora da sala de cinema, [...] os prisioneiros riem-se dele e o condenam à morte como um profeta da desgraça, como um outro Cristo”. Ainda: “Isso que o filósofo pretende fazer passar por uma narração tão trágica quanto a Paixão, o simples bom senso em um instante despacha”. A aproximação, claramente extemporânea, de um Platão que prevê Cristo em seu filósofo, ou melhor, como se ambos tivessem a mesma substância, reforça o elo entre o caráter salvador de Cristo e tal filósofo, portador de verdades, de boas novas, de uma nova ordem para o mundo social fundamentada no conhecimento das essências. No terceiro exemplo, o filósofo é situado lado a lado com o cientista contemporâneo, ressaltando a ruptura total entre o conhecimento destes e o mundo social, que está aquém das leis naturais, intocadas pela ação dos tempos e das sociedades. Tal traçado, equiparando o filósofo platônico, a figura soteriológica de Cristo e o cientista, visa salientar que não pode haver uma epistemologia (*mononaturalista*) sem uma sociologia absurda, com uma descrição do social incapaz de se auto-organizar e apegado apenas às aparências. Essa epistemologia, com a qual se identificariam figuras como Sokal, que estabelecem uma natureza única para referência do conhecimento e como algo contraposto às sociedades e às culturas, cumpriria, então, um papel — ironicamente — político, de ordenar o social, através do estabelecimento de um discurso verdadeiro, seja para a ciência, seja para a moral. O último exemplo, já ao fim do texto, compara a caverna da República a uma “Idade das cavernas”, ou seja, algo primitivo. Aqui, o caráter humorístico da operação temporal fica ainda mais sensível, uma vez que é dito, diante dos debates entre sociólogos e epistemólogos, que é hora dos ocidentais abandonarem as cavernas, seja a platônica, seja a de um pensamento arcaico em torno do conhecimento e de sua relação com a política (LATOUR, 1999).

Portanto, Latour elabora um Platão-autor bastante peculiar, através de dois mecanismos principais. Em primeiro lugar, pode-se dizer que Platão, em *Nem céu nem inferno*, é identificado com uma noção de *origem* e de *fundação*, como se ele fosse a grande matriz de todo o pensamento que estabelece uma natureza unificada, coincidente com a realidade, que funciona como essência para uma esfera social e política existente apenas no âmbito das aparências. Certamente, em um texto curto para um grande jornal, tal construção é potente, mas poderia, com estudo mais extenso, ser questionada por muitos pontos. A constituição política desenvolvida no início do Livro VII e, de forma mais ampla, em toda a *República*, faz com que a natureza seja capaz de silenciar as vozes incessantes e contraditórias do *demos*, de acordo com a interpretação de Latour, desenvolvida cuidadosamente em *Políticas da natureza*. Como qualquer ideia de origem, é claro, ela tem uma finalidade,

situada no ponto de onde parte Latour, alegando, aqui, certa herança platônica para o pensamento político de adeptos às concepções de Sokal sobre a ciência e a natureza, assim como no privilégio epistêmico do pensamento científico que nega a propriedade de outras formulações a respeito do mundo comum. O segundo mecanismo característico através do qual Latour constitui um Platão-autor se desenvolve em movimentos que suspendem, mesclam, reviram e reformulam a temporalidade, criando anacronias que não prezam por um Platão "tomado em seus termos", em "seu tempo", em uma busca por um sentido fundamental e originário dos seus textos, mas o invoca para dialogar contemporaneamente nas *science wars*, não apenas como um filósofo relido, mas como se estivesse presente, de fato, nos debates, escrevendo para o *New York review of books*. Esses movimentos, que mesclam uma multiplicidade de temporalidades, suspendem a grande distância temporal entre os textos, e nos fazem questionar as relações entre a interpretação histórica dos textos e a composição do tempo através do nosso próprio exercício de escrita.

Referências

LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. A guerra das ciências. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 de novembro de 1998.

_____. Nem céu nem inferno. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 de março de 1999.

_____. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru: EDUSC, 2004.

PLATÃO. *A república*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (Org.). *História, verdade e tempo*. Traduzido por Mônica Costa Netto. Chapecó: Argos, 2011.

SOKAL, Alan. Transgredindo as fronteiras: em direção a uma hermenêutica transformativa da gravitação quântica. In: SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. *Imposturas intelectuais: o abuso da Ciência pelos filósofos pós-modernos*. Traduzido por Max Altman. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

A devoção a Padre Reinaldo Wiest nas cidades de Pelotas e Piratini/RS

Ticiane Pinto Garcia Barbosa[9]

O presente texto tem por objetivo analisar a devoção a Padre Reinaldo Wiest diante das comunidades de Pelotas[10] e Piratini[11], no Estado do Rio Grande do Sul, gerada pela representatividade deste indivíduo dentro das comunidades no período de sua atuação.

A proposta desta intervenção foi incluída a mesa os usos do passado no presente, no I Encontro Discente de História da UFRGS. Cremos que coopere com a proposta da mesa, já que vislumbra o passado de comunidades que conviveram com o clérigo estudado e suas influências deste nestes contextos até os dias atuais.

Discute, também, as possíveis intervenções do historiador nessa conjuntura e os desafios perante memórias fortemente construídas no conjunto social.

Esta pesquisa constitui-se como recorte da proposta dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História, da UFPel, que pretende analisar além da devoção, a trajetória deste padre e suas teias de relações nas localidades em que atuou.

Este pároco, ao atuar nestas localidades, entre os anos de 1934 e 1967, é reconhecido principalmente por seu carisma e método solidário de agir para com seus paroquianos, envolvido com o social, preocupado em todas as necessidades dos fiéis.

Essas características bastaram para que após sua morte essas comunidades o considerem com requisitos suficientes para tornar-se um santo, sem levar em consideração todas as formalidades estabelecidas pelo Vaticano para tal.

Além de trabalhar com a análise desse poder simbólico e representativo da figura, pretende-se realizar a problematização das fontes à procura das motivações dessas comunidades em tornar Reinaldo um "Santo" popular.

Metodologia

Entre os anos de 1970 e 1980 o ofício do historiador passou por diversas mudanças, como o apreço a história qualitativa, ao estudo da língua, incluindo também o estudo das

[9] Mestranda em História na Universidade Federal de Pelotas. Contato: tycygarcia@hotmail.com.
[10] Cidade localizada a metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, às margens da Lagoa dos Patos, 250 km da capital Porto Alegre.
[11] Cidade localizada a metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, 347 km da capital Porto Alegre.

trajetórias individuais, possibilitando a reinvenção da história política impulsionando a história cultural.

Neste contexto, a história oral passa a ser valorizada diante da relativização de seus defeitos. As biografias de pessoas "comuns" ressurgem no sentido que o "relato pessoal pode assegurar a transmissão de uma experiência coletiva e constituir-se numa representação que espelha uma visão de mundo" (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 15).

Diante da concepção formulada por Pierre Bourdieu, no texto *A ilusão biográfica,* e também dessas reformulações no ofício de historiador, as trajetórias históricas tratam de uma série de posições que um indivíduo pode ocupar, sendo ele passivo de transformações constantes.

Segundo Heinz (2006), há a possibilidade de problematizar a vida dos indivíduos, vislumbrando seu papel diante de toda uma sociedade, além de vislumbrar aspectos mais gerais da mesma.

Dentro desta conjuntura, a micro história surge como um novo método baseado na redução de escala de análise – método que visa uma leitura a partir de indivíduos ou pequenas cidades ou povoados como ponto de partida para uma tentativa de reconstrução de cotidianos complexos.

Debaixo destas transformações no ofício, buscamos, a partir de Padre Reinaldo Wiest e da mescla metodológica possível para estudar a figura, ilustrar a devoção a este Padre nas cidades de Piratini, e na zona rural de Pelotas, no sul do Estado do Rio Grande do Sul.

A determinação do uso destas diversas metodologias dá-se justamente pelas diversas fontes utilizadas na pesquisa. Além da oralidade, utilizaremos fontes jornalísticas, acerca da figura, do periódico Diário Popular[12].

As fontes de cunho eclesiástico utilizadas também são diversificadas, como os Livros Tombo das paróquias Nossa Senhora da Conceição (Piratini) e Sant´Ana (Colônia Maciel - Pelotas) que pelo olhar do próprio indivíduo estudado é narrado o universo das populações estudadas.

Além disso, nos anos 90, foi distribuída pela Diocese de Pelotas um panfleto contendo a história de Padre Reinaldo, bem como uma oração produzida pelo então Bispo Dom Jaime Chemello, que seria em prol da Beatificação do Vigário.

[12] Sobre o Diário Popular ver: CAETANO, Rosendo da Rosa. O nazi-fascismo nas páginas do Diário Popular: Pelotas, 1923-1939. Pelotas: UFPel, 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas, 2014, 248p.

Em 1994, um Padre, amigo de Padre Reinaldo, o também Padre Carlos Johannes, publicou um livro de caráter biográfico chamado de *O Vigário da Campanha*, que também será utilizado de forma bastante criteriosa, já que este demonstra grande afeição e admiração perante o clérigo.

Esta sequência de fontes a serem utilizadas e, ainda, a grande quantidade de bairros, igrejas, escolas, largos que em Piratini têm o nome de Padre Reinaldo, possibilita contemplarmos com mais profundidade os por nós denominados "sinais da representatividade".

Como forma de narrar esta representatividade local, partiremos do pressuposto de "excepcional normal" (GINZBURG, PONI, 1989), já que mesmo nestas populações o denominando como diferente dos demais sacerdotes traduz-se em uma maneira comum de ser padre.

Os milagres e a devoção

Verificaremos a santidade atribuída a Padre Reinaldo por essas comunidades. Como não há oficialmente a concretização de um processo que conduz à santificação, podemos dizer que há, nessas localidades, aspectos de uma devoção não-canônica. Estas manifestações são muito comuns no norte e nordeste do país, como afirmou Cascudo (1974), *"o povo faz seu santo"*. E Sousa Barros (1977), por sua vez, atribui a existência das devoções à situação socioeconômica das populações e à precariedade dos serviços públicos básicos.

Para melhor embasarmos nossas divagações sobre a caracterização de uma religiosidade popular diante de Padre Reinaldo, utilizaremos a dissertação em História de Marcela Guasque Sthinghen, intitulada *Padre Cícero*: a canonização popular(2000), pela Unicamp. Nesta dissertação, foi feito um estudo sobre a representação de Padre Cícero (1844-1934) diante da literatura de folhetos nordestinos. Estes poemas consolidam um padrão canonizante de representação. Adotando uma perspectiva diacrônica, o trabalho mapeou a elaboração e o emprego, pelos poetas, de uma série de fórmulas verbais e narrativas que tem a função mimetizar e reafirmar elementos do imaginário religioso que se formou em torno da figura de padre Cícero e de Juazeiro do Norte.

Os sinais da representação e do poder simbólico diante da figura do Padre são muito perceptíveis dentro das comunidades a serem estudadas, uma vez que nas casas da maioria das famílias existem quadros com a imagem do Padre como forma de devoção.

Além disso, é muito comum a distribuição, entre a população, dos folhetos mencionados anteriormente e que contém a oração em favor da beatificação do Padre. Este panfleto, além da oração, pede a colaboração para que sejam enviadas a Diocese de Pelotas relatos das graças recebidas por intermédio do referido vigário. A população realiza visitas frequentes ao túmulo e decora com flores e placas com mensagens em agradecimento por graças alcançadas, os famosos milagres. Podemos embasar este tipo de prática a partir das experiências de Chartier:

> [...] as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 1991, p. 183).

Padre Reinaldo geralmente é mencionado como carismático pelos paroquianos. O mencionado carisma refere-se a características que diferem de algo que seria normal a sacerdotes na visão popular.

É relativamente natural que padres auxiliem suas paróquias em suas necessidades espirituais ou sociais. Porém, os fiéis tendem a pensar sobre estes como se necessariamente sua função fosse apenas celebrar missas e outros sacramentos. Sobre esta atribuição de carisma podemos analisar a posição de Max Weber:

> O carisma, em suas formas de manifestação supremas, rompe todas as regras de toda a tradição e mesmo inverte todos os conceitos de santidade. Em vez da piedade diante dos costumes antiquíssimos e por isso sagrados, exige o carisma a sujeição íntima ao nunca visto, absolutamente singular, e, portanto, divino. Neste sentido puramente empírico e não-valorativo, é o carisma, de fato, o poder revolucionário especificamente criador da história (Weber, 1999, p. 328).

A carência de pesquisas acadêmicas associadas à figura do pároco leva ao esquecimento de tal historicidade que a figura carrega. A afirmação da identidade ocorre através de diferentes ações que estimulem a construção coletiva do conhecimento, o diálogo entre os agentes sociais e a participação efetiva da comunidade, sendo um instrumento para a afirmação da cidadania. Dando, assim, voz aos sujeitos, através das fontes.

Esse mecanismo tornar-se-á possível principalmente diante da promoção de entrevistas com os personagens desta trajetória, já que proporciona o exercício da memória local. Diante dessas entrevistas encontramos, geralmente, memórias "cristalizadas" ou idealizadas quando referenciam o pároco. Porém, não é mais possível descartar a subjetividade da memória.

Podemos inferir que através do mecanismo da apropriação, do reconhecimento do padre pela comunidade, reforça os sentimentos de identidade, ressaltando assim os saberes, fazeres, costumes regionais de uma determinada época.

Segundo Candau, as identidades surgem através das circunstâncias, onde emergem os sentimentos de pertencimento, de "visões de mundo" identitárias ou étnicas (CANDAU, 2011, p. 12).

Além disso, é possível destacar que as realizações sociais do pároco podem agregar a chegada do "progresso" às comunidades envolvidas, em geral situadas longe dos grandes centros urbanos e por conta disso sofrem dificuldades de melhorias de infraestrura, saúde etc.

Portanto, visamos, a partir da utilização dos relatos orais como fonte principal para a pesquisa, o envolvimento do indivíduo na construção da escrita acadêmica sobre sua historicidade. Segundo Thonson, Frisch e Hamilton:

> [...]o relacionamento da história oral facilita a rememoração dinâmica e a interação de "historiadores" e "comunidade", de "discurso histórico" e "memória coletiva", que os historiadores orais podem desempenhar um papel ímpar, central nas questões atinentes a memória. (THONSON, FRISCH e HAMITON, 2006, p. 91).

Referências

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. ***Estudos Avançados***, 1991, vol.5, n.11, pp. 173-191.Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S010340141991000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>). Acesso em: 18 de novembro de 2015.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
JOHANNES, Carlos. *Vigário da Campanha (O); Padre Reinaldo Wiest/ Carlos Johannes*. Pelotas: UCPel/ EDUCAT. 1994.

KARSBURG, Alexandre. *O eremita das Américas: a odisseia de um peregrino italiano no século XIX*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

PEIXOTO, Luciana. *Memória da imigração italiana em Pelotas / RS - Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas.* Monografia (Trabalho de Conclusão do curso de Licenciatura em História). Pelotas: UFPEL, 2003.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON; Paula. Os debates sobre memória e história. In.: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.65-91.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva***.** Trad. De Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Vol 2. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1999, 584 p.

Fontes

Livro Tombo. Paróquia da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Piratini, 1936.
Livro Tombo. Paróquia da Igreja de Sant'Anna. Pelotas, 1884.